

ATA DA 461ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2014/2016

Aos dezoito dias do mês de março do ano dois mil e dezesseis, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Primeiro Subdefensor Público-Geral Rafael Morais Português de Souza. Presentes os/as Conselheiros/as: Alexandre Orsi Netto, Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa, Representando a Corregedoria Geral, Corregedora-Assistente Carolina de Melo Teubl Gagliato, Bruno Diaz Napolitano, Bruno Ricardo Miragaia Souza, Horácio Xavier Franco Netto, Luiz Eduardo de Toledo Coelho, Luís Gustavo Fontanetti Alves da Silva, Pedro Antônio de Avellar, Rafael Bessa Yamamura, Wagner Ribeiro de Oliveira, Representando a Apadep, Franciane de Fátima Marques e o Ouvidor-Geral, Alderon Pereira da Costa. O Presidente iniciou a sessão às 10h05min, encaminhando para leitura e aprovação das atas da 456ª a 460ª Sessões Ordinárias, sendo aprovadas por unanimidade. Após, iniciou as comunicações da Presidência, informando que, na última sexta feira, havia participado de uma reunião com Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo para tratar especialmente do pagamento de perícias. Na oportunidade, comentou que houve a abordagem de outros temas institucionais como a política de conciliação e mediação de conflitos por meio dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs). Relatou que, na última semana, havia participado de uma reunião com o Vice Governador do Estado para tratar do Orçamento da Defensoria Pública e do Projeto de Lei nº 58/15. Destacou que a instituição possui uma boa articulação junto à bancada de líderes pelo Vice Governador, buscando o estreitamento de diálogo. Informou que foi agendado para próxima terça-feira, às 14h, uma reunião com a Secretaria de Planejamento e Casa Civil, com a participação da Coordenadoria-Geral da Administração da Defensoria Pública para tratar especialmente do projeto remuneratório e orçamento institucional. Agradeceu a Assessoria Jurídica da Defensoria Pública, especialmente o Defensor Público Pedro Peres pela excelente articulação junto ao Tribunal de Contas do Estado, que resultou na apresentação de um voto, muito bem elaborado, que fixa o prazo de 180 (cento e oitenta) dias após o trânsito em julgado, acerca do modelo de subsídio. Informou ter participado de reunião, na última quinta-feira, com o Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, Renato Martins, e que o mesmo demonstrou apoio à concessão do prazo para que a Defensoria Pública se adeque ao novo modelo constitucional. Informou que, em razão do novo cenário junto ao Tribunal de Contas do Estado, a Defensoria Pública teria um espaço amplo e mais tranquilo para promover debates sobre o modelo de subsídio, inclusive na possibilidade de incorporação dos quinquênios no regime de subsídio, possibilitando a dilatação do prazo de debates, após as eleições institucionais. Informou que não haveria mais nenhum projeto em andamento, visando a transferência do Fundo de Assistência Judiciária para outras Secretarias e nesse sentido, comunicou o agendamento de uma reunião com o Chefe de Gabinete do Presidente do Tribunal de Contas para a próxima terça-feira, onde seria discutido a constituição de um fundo próprio, sob total gestão da Defensoria Pública, inclusive um percentual de investimento adicional no orçamento da instituição. Em seguida, não havendo comunicações da Secretaria passou-se ao momento aberto. O Presidente franqueou a palavra a Agente de Defensoria da Regional Criminal, Janete Peixoto. Ela parabenizou a equipe do Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM) especialmente pela atuação na perspectiva interdisciplinar da defesa criminal, e acrescentou tratar-se de uma atuação pioneira no âmbito da Defensoria Pública. Esclareceu que o trabalho tem como diretriz a compreensão do direito de defesa como produto sócio entre outras, citando o histórico dos direitos humanos, filosofia de trabalho contrária a cultura do maniqueísmo na justiça criminal, enfrentamento a criminalização da questão social nos fluxos dos processos judiciais e a defesa da implementação, da ampliação e acesso as políticas públicas pelos usuários da instituição. Por fim, ressaltou a importância da manutenção da equipe de agentes não apenas no Centro de Atendimento Multidisciplinar, mas em diversas Unidades, citando vinte oito vagas em aberto. Defendeu a realização de remoção interna e a imediata posse do último concurso público para os cargos de Assistentes Sociais e Psicólogos, visando suprir a defasagem de profissionais da Regional Infância e Juventude, inclusive para a ausência de Defensores na mesma Unidade. Após, o Presidente franqueou a palavra a Agente de Defensoria da Unidade Infância e

Juventude, Luiza Monteiro. Ela relatou o alto volume de trabalho do Centro de Atendimento Multidisciplinar, bem como a complexidade dos atendimentos, e nesse sentido, reforçou a necessidade de chamada excepcional de agentes aprovados no último concurso para o preenchimento da vaga em aberto e sanar a precariedade dos CAMs em geral. Após, o Presidente franqueou a palavra ao Coordenador da Regional da Infância e Juventude, Defensor Público Samuel Friedman. Ele lembrou dos pleitos trazidos ao Conselho Superior, nas últimas semanas, e nesse sentido, informou ter encaminhado por e-mail uma proposta de reunião na Regional Infância e Juventude, visando a exposição mais detalhada das dificuldades enfrentadas no local. Sugeriu que a visita dos Conselheiros na Unidade fosse após a sessão ordinária, ou que seja realizada a sessão no local. Em seguida, o Presidente franqueou a palavra ao Senhor Nelson da Cruz, Representante do Movimento de Moradia da Região Central. Ele cedeu a palavra a Senhora Olga Quiroga, também Representante dos Movimentos de Moradia. Ela proferiu a leitura de uma carta em nome de diversos movimentos sociais, em defesa da garantia de acesso à justiça e modelo público de assistência jurídica. Após, o Presidente franqueou a palavra ao Senhor Darcy da Silva, Representante do Movimento Nacional População de Rua. Ele demonstrou apoio ao manifesto lido pela Senhora Olga Quiroga, e acrescentou que sua perspectiva de um mundo melhor deve ser construído, a partir da tolerância, respeito e amor. Após, o Presidente franqueou a palavra ao Defensor Público Leonardo Scofano, Representante da Associação Paulista dos Defensores Públicos. Ele relatou sua presença no Palácio dos Bandeirantes acompanhado da Presidente da Associação, Franciane Marques e do Presidente da Anadep, Joaquim Neto em reunião com Secretário de Governo do Estado de São Paulo, Saulo de Castro e com Procurador-Geral do Estado, Elival Ramos. Informou que, na oportunidade, houve questionamento com relação à ausência de contingenciamento a pedido do Governo, desde o início de 2015, algo que só veio ocorrer no início deste ano, inclusive críticas em torno de gastos desnecessários com prédios vazios, porém, locados pela Defensoria Pública e do condicionamento da administração da defensoria de receber a suplementação para efetuar o pagamento dos advogados conveniados da Ordem dos Advogados do Brasil. Frisou a ausência de diálogo com Governo para envio do projeto remuneratório a Assembleia Legislativa, e alegou total desconhecimento por parte do Governo com relação ao envio do anteprojeto, que institui o subsídio, mas considerou que o tema já deveria estar sendo discutido. Nesse sentido, indagou a administração se este seria o melhor momento para envio da proposta, uma vez identificada a necessidade de amplo debate com a carreira. Criticou ainda, a ausência de regra de transição acerca dos quinquênios e sexta parte e fixação de atribuições. Em seguida, o Presidente franqueou a palavra ao Defensor Guilherme Piccina, Unidade de Santo Amaro. Ele considerou que existe uma situação inédita de conflitos na instituição, entre os próprios Defensores, entre Defensores e Servidores e entre Defensores e Ouvidoria. Lamentou a situação como um todo, especialmente por causar o enfraquecimento interno da instituição, e criticou a ausência de empenho por parte da administração em superar essa indisposição. Por fim, considerou antidemocrática a ausência de pagamento dos advogados conveniados com a Ordem dos Advogados do Brasil, sem consulta prévia a carreira. Em seguida, o Presidente franqueou a palavra a Senhora Olga Quiroga, que cedeu seu direito de fala ao Senhor Nelson da Cruz. Ele lamentou que, na última sessão, a sociedade civil tenha sido compreendida de forma equivocada, e acrescentou ter participado diretamente da luta pela criação da Defensoria Pública e jamais seria contra a instituição. Refletiu que críticas fazem parte de um ato democrático e contribuem diretamente no crescimento institucional. Considerou que a luta por uma remuneração justa deve ser requerida, mas não importaria, desde que os Defensores atendessem a população carente, além de prestarem um serviço de qualidade. Após, o Presidente franqueou a palavra ao Senhor Paulo Mariante, Representante do Fórum Municipal de Defesa dos Direitos Humanos de Campinas. Ele destacou a importância dos movimentos sociais na luta pela criação da Defensoria Pública, e sinalizou apoio para com a instituição. Frisou que as críticas não visam o enfraquecimento da instituição, ao contrário, buscam o crescimento e o fortalecimento do modelo público de assistência jurídica. Por fim, registrou que a população não aceitaria mudanças nos critérios de atendimentos, sem prévio debate com a sociedade. Após, não havendo mais inscritos para manifestações, o Presidente prestou os seguintes esclarecimentos. Com relação à defasagem de Agentes, informou que deve ser concluído, em breve, o último concurso em andamento, o que possibilitará empregar novos profissionais. Informou ter ciência da situação

crítica de algumas unidades e a essencialidade do trabalho realizado nos Centros de Atendimento Multidisciplinares. Mostrou-se favorável a proposta de reunião do Conselho Superior na Regional Infância e Juventude. Com relação a situação de conflito entre os Defensores e a Ouvidoria, informou que a Ouvidoria é um órgão essencial na instituição, mas ponderou que nem sempre suas opiniões coincidem com as da Administração, o que faz parte da democracia. Informou que o direcionamento das discussões devem ser pautados na defesa do modelo público de assistência jurídica e as críticas devem ser superadas. Defendeu a possibilidade de amplo debate acerca do projeto de subsidio, até mesmo após o período eleitoral. Com relação a reunião citada pelo Defensor Público Paulo Scofano, informou que não houve nenhum tipo de sinalização, por parte do Secretária de Governo ou Procuradoria-Geral, sobre as indagações apresentadas. Lembrou das fortes ações da Procuradoria-Geral contra a Defensoria Pública, citando a contestação da iniciativa de lei e o questionamento relativo ao sistema de gratificações, além da autonomia da instituição. Por fim, acrescentou que diversas secretarias não compartilham do mesmo posicionamento da Procuradoria-Geral, com relação ao orçamento da instituição. Após, passou-se as manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos. O Conselheiro Bruno Napolitano informou que verificará o calendário de remoção de Agentes junto a Coordenadoria Geral de Administração para o breve preenchimento da vaga em aberto na Unidade Infância e Juventude. Informou que, nesta semana, esteve na Unidade de Franco da Rocha para verificação dos trabalhos, após o temporal que havia atingido a cidade. Relatou que o prédio não foi severamente atingido, o que possibilitou o reestabelecimento do serviço prestado, contudo, apontou que havia sido constatado um deslizamento de terra no fundo do prédio, que gerou preocupação com a segurança do local. Nesse sentido, informou que houve o acionamento da Defesa Civil para perícia no local, e após averiguações, foi descartada a necessidade de interdição, recomendando-se apenas o isolamento da área atingida. Comunicou que, apesar da primeira avaliação dada pela Defesa Civil, a Coordenadoria Geral de Administração estaria atuando em busca de novos pareceres, com o objetivo de proporcionar maior segurança a todos os usuários e funcionários da Unidade. Relatou que, na última quarta-feira, esteve em Brasília, acompanhado do Coordenador Auxiliar do Núcleo de Habitação e Urbanismo, Rafael Feber e do Representante do Núcleo de Segunda Instância e Tribunais Superiores, Rafael Muneratti. Na oportunidade, comunicou que se reuniram com o Ministro José Dias Toffoli para tratar da manutenção da liminar concedida a pedido da Defensoria Pública, que suspende a reintegração de posse da Vila Soma. O Conselheiro Augusto Barbosa avaliou ter havido incompreensão com relação ao projeto de subsidio, e refletiu a possibilidade de prorrogação do prazo de dez dias inicialmente proposto para consulta pública, visando o aprofundamento dos debates e o agendamento de uma reunião aberta, após o término da consulta pública. O Conselheiro Luís Gustavo relatou que, desde o início dessa gestão, teve a oportunidade de participar de diversas reuniões junto a Fundação Casa, possibilitando a percepção de que a Defensoria Pública devesse construir uma Ação Direta de Descumprimento de Preceito Fundamental ou algum outro tipo de ação similar, visando discutir junto ao Supremo Tribunal Federal a interpretação constitucional dos artigos nº 121 e 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente, mais especificamente com relação as hipóteses de internação de adolescentes primários. Nesse sentido, informou que foi elaborada uma minuta de Ação Direta de Descumprimento de Preceito Fundamental e encaminhada para análise da Presidente da Fundação Casa. Acrescentou que a expectativa agora é com relação a finalização da minuta e posteriormente encaminhamento a Anadep, de modo que a ação possa ser proposta ao Supremo Tribunal Federal. Comunicou que foi disponibilizado aos Defensores um resumo com as principais mudanças ocasionadas pelo novo Código de Processo Civil, sendo uma delas a determinação de que a Defensoria Pública fosse previamente notificada das ações de reintegração de posse, quando envolver um grande número de famílias de baixa renda, e apontou que a questão do pagamento de perícias estaria sendo tratado com o máximo de cautela junto ao Tribunal de Justiça. Com relação ao projeto de subsidio, avaliou como significativo os últimos encaminhamentos junto ao Tribunal de Consta do Estado, especialmente por que o voto apresentado evidencia que a remunerações dos Defensores, bem como as gratificações estavam sendo pagas em total conformidade com dispositivo legal. O Conselheiro Horácio Xavier se mostrou satisfeito com o alto número de Defensores presentes na sessão do Conselho, demonstrando comprometimento e preocupação com o futuro da instituição. Com relação ao projeto subsidio, considerou o prazo da

consulta pública insuficiente para o amadurecimento dos debates, e sugeriu a realização de uma audiência pública. A Representante da Apadep, Franciane Marques agradeceu a participação de todos os presentes e ao Ouvidor-Geral, Alderon Costa pelo convite para participar da próxima reunião da Ouvidoria. Avaliou o prazo dos debates relativos ao projeto de subsidio como insuficiente, considerando inclusive que a entidade de classe pretendia promover um seminário sobre o tema, e nesse sentido, indagou o relator se haveria prazo de prorrogação da consulta pública. Com relação a reunião relatada pelo Defensor Leonardo Scofano, esclareceu que a mesma foi realizada a pedido da Anadep e tinha como pauta o problema ocasionado pela ausência de pagamento aos advogados conveniados com a Ordem dos Advogados do Brasil. Com relação a fala do Defensor Leonardo Scofano, indicou que o Secretário do Governo, Saulo de Castro, teria sido indicado para Representante do Executivo, e acrescentou que havia partido o convite de Saulo ao Procurador-Geral do Estado. Destacou que em nenhum momento houve posicionamento contrário a Defensoria Pública, e avaliou o encontro como bastante técnico. O Conselheiro Alexandre Orsi informou que, com relação ao projeto em tramitação no Tribunal de Contas do Estado, um comunicado expedido pela Defensoria Geral havia gerado expectativa de que o Presidente do Tribunal de Contas apresentaria um voto na próxima semana. Nesse sentido, indagou se essa expectativa teria sido gerada através de um diálogo direto da Administração Superior e o Presidente do Tribunal de Contas do Estado. Defendeu o direito de manifestação de todos, durante o momento aberto, e que em nenhum momento avaliou como eleitoreiras as informações trazidas. Com relação a reunião relatada pelo Representantes da Apadep, sinalizou favorável à sua realização, em razão da importância de interlocução, até mesmo com órgãos que já tenham se posicionado contrários à Defensoria Pública. O Conselheiro Luiz Eduardo defendeu a realização de reunião na Unidade Infância e Juventude, visando melhor compreensão dos pleitos apresentados. Mostrou-se preocupado com a situação da Unidade de Franco da Rocha, em virtude do alto número de pessoas em circulação no local. Com relação ao projeto subsidio, apontou que a instituição sempre teve um histórico de conservadorismo no reconhecimento dos direitos dos Defensores, e por isso, considerou que muitas questões acabam sendo discutidas no judiciário. Ressaltou a importância dos debates, acerca do projeto remuneratório, apesar do período eleitoral. Informou ser o relator do concurso de promoção do nível I para o II, relativo ao ano de 2016, e mencionou que após ter sido regularizada a pendência de um processo autuado por equívoco da Secretaria do Conselho Superior, estaria intensificando seu empenho para apresentação do voto o mais breve possível. A Representante da Corregedoria-Geral, Carolina Gagliato informou que o posicionamento da Corregedoria-Geral seria pela prorrogação do prazo da consulta pública, acerca do processo de subsidio, em razão da complexidade do assunto. Apoiou a realização de reunião na Unidade Infância e Juventude, e acrescentou já ter visitado a regional, e constatado os problemas decorrentes da defasagem de oficiais e agentes. O Conselheiro Pedro Avellar informou que o direito de manifestações e críticas fazem parte da democracia, porém avaliou inadequada a colocação de que os Defensores seriam bem remunerados. Avaliou que a equiparação salarial condizente com a carreira de Juizes e Promotores contribuiria com a melhora da qualidade do serviço prestado. O Ouvidor-Geral, Alderon Costa informou que a preocupação da sociedade civil não estaria focada na remuneração dos Defensores, mas sim no risco de restrição do atendimento prestado à população. Sugeriu que os candidatos a Defensor Público-Geral realizassem um encontro com a sociedade civil, visando a apresentação dos planos políticos que têm para instituição. Comunicou que, na última terça-feira, foram realizadas as eleições para a escolha da nova diretoria do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe). Acrescentou que aproximadamente 110 (cento e dez) organizações relacionadas com os direitos humanos participaram da votação, sendo eleitos doze Conselheiros, dos quais, seis são titulares e seis são suplentes. Agradeceu o apoio da Defensoria Pública Geral e da Edepe na realização do último encontro de Ouvidorias, e informou que um dos assuntos abordados foi a implantação de Ouvidorias externas e o encarceramento feminino. Informou que o Ouvidor do Estado do Piauí encontra-se hospitalizado, devido ao um grave problema de saúde. Parabenizou a atuação do Núcleo de Habitação e Urbanismo e da Segunda Subdefensoria Pública-Geral pela atuação no caso da reintegração de posse da Vila Soma. Comunicou que, nos dias cinco e seis de abril, será realizado um evento na faculdade de Direito da USP, que visa discutir "como a Defensoria Pública poderia ser mais atuante na defesa do acesso à justiça da população em situação de rua". Não

havendo mais inscritos para manifestações, o Presidente prestou os seguintes esclarecimentos. Com relação a indagação do Conselheiro Alexandre Orsi, informou que houve posicionamento direto do Gabinete do Presidente, e informou que, na próxima semana, o processo entraria em pauta em virtude do prazo regimental. Com relação ao projeto de subsídio, informou que o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, após transito em julgado foi acolhido por unanimidade, e destacou a importância do envio do projeto para maior credibilidade da instituição junto ao Tribunal de Contas. Em relação a reunião com a Secretaria de Governo e com Procurador-Geral do Estado, esclareceu não ser contrário a participação da Apadep no evento, e analisou ser uma boa oportunidade da entidade de classe esclarecer alguns posicionamentos de ataque da Procuradoria Geral do Estado contra a Defensoria Pública. Com relação aos contingenciamentos, alegou nunca ter tido uma reunião com o Governo ou com a Procuradoria-Geral em que esse assunto tivesse sido questionado, e mencionou que, desde o ano de 2014, vem sendo feitas ações de redução de gastos, citando como exemplo a suspensão da posse de Defensores Públicos, a reavaliação dos contratos de locação da instituição, entre outros. Consigna-se que foi agendada uma reunião dos Conselheiros na Unidade de Infância e Juventude para o dia 01 de abril, às 14h30min. Registra-se ainda, o agendamento de sessão extraordinária para julgamento de processo administrativo disciplinar nº 001/15, de relatoria do Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti para o dia 07 de abril, às 09h. Em seguida, passou-se a ordem do dia. O Presidente encaminhou propostas de exceção e inversão da ordem do dia, sendo aprovada da seguinte forma: CSDP nº 258/16 (Excetuada a pauta). Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de substitutivo de projeto de lei, que fixa o subsídio mensal dos Defensores Públicos, altera a Lei Complementar nº 1.050/08, fixa data-base para fins de revisão dos vencimentos e proventos do seu quadro de servidores, possibilita a instituição de funções de confiança e dá outras providências. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O relator encaminhou que, diante das manifestações ocorridas no momento aberto, houvesse a dilatação do prazo de consulta pública. O Presidente encaminhou para discussão. O Conselheiro Pedro Avellar sugeriu que o processo retornasse em pauta após seis semanas do término da consulta pública, a fim de aguardar o término do período eleitoral. O relator informou que após o retorno dos autos em consulta pública, compilaria as informações no prazo regimental e iria propor uma audiência pública e/ou reunião aberta para colher as manifestações da carreira. Após as discussões, o Presidente encaminhou para votação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, prorrogar o prazo de consulta pública até 28 de abril de 2016, conforme comunicado republicado a seguir. COMUNICADO. O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado comunica a prorrogação de prazo da CONSULTA PÚBLICA, para que os Defensores Públicos interessados possam se manifestar em relação ao processo CSDP nº 258/16, que trata da proposta de substitutivo de projeto de lei que fixa o subsídio mensal dos Defensores Públicos. As sugestões deverão ser enviadas, até o dia 28 de abril de 2016, para o endereço eletrônico conselho@dpsp.sp.gov.br ou protocolizadas na própria secretaria do Colegiado. CSDP nº 185/15. Interessada: Defensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Concurso de promoção do nível IV para o nível V, relativo ao ano de 2015. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. Revisor: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. Processo (CSDP nº). Interessados/as. (206/15). Alexandre Orsi Netto. (218/15). Gislaíne Calixto. (221/15). Luciano Alencar Negrão Caserta. (225/15). 2016Luisa Hamud Morato de Andrade. (233/15). Otoniel Katumi Kinuti. (247/15). Vania Pereira Agnelli Sabin Casal. (259/15). Valeria Silva do Nascimento. (286/15). Ana Carvalho Ferreira Bueno de Moraes. (295/15). Amanda Polastro Schaeffe. (302/15). Gustavo Octaviano Diniz Junqueira. (321/15). Luis Cesar Rossi Francisco. (334/15). Francisco Romano. (353/15). Elpidio Francisco Ferraz Neto. (361/15). Rafael Ramia Muneratti. (365/15). Marco Andre de Freitas. (367/15). Leandro de Castro Silva. (368/15). Sidnei Francisco Neves. (379/15). Luis Marcelo Mendonça Bernardes. (388/15). Gisele Ximenes Vieira dos Santos. (395/15). Fabiana Ferraz Luz Mihich. (408/15). Carlos Henrique Airon Loureiro. (410/15). Renata Flores Tibyriça. (426/15). Mateus Oliveira Moro. (428/15). Luis Cesar Rossi Francisco. (432/15). Marlise Costa Girardeli. (443/15). Patricia Simeonato. (444/15). Ana Carolina Franzin Bizzarro. (445/15). Camila Ueno. (446/15). Sandra Maria Shiguehara. (447/15). Patricia Luciola Dias de Moraes. (448/15). Renato Isnard Khair. (449/15). Davi Eduardo Depiné Filho. (450/15). Luciana

Rosa Pinheiro Rodrigues. (453/15). Tiago Fensterseifer. (457/15). Denise de Souza Silva Caetano de Mello. (458/15). Patricia Biagini Lopes. (471/15). Mailane Ramos dos Santos Rodrigues de Oliveira. (475/15). Bruno Lopes de Oliveira. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar a lista de promovidos, conforme tabela anexa aos autos. O Presidente encaminhou para discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, homologar a lista de promovidos de Defensores Públicos do nível IV para o nível V, relativo ao ano de 2015, a seguir publicada. Impedido o Conselheiro Alexandre Orsi Netto.

ANTIGUIDADE

Defensor/a Público/a	Antiguidade (Diário Oficial)	Classificação no concurso
Marlise Costa Girardeli	4	1º
Francisco Romano	5	2º
Valeria Silva do Nascimento	8	3º
Renato Isnard Khair	9	4º
Sidnei Francisco Neves	11	5º
Alexandre Orsi Netto	12	6º
Leandro de Castro Silva	14	7º
Ana Carvalho Ferreira Bueno de Moraes	15	8º
Tiago Fensterseifer	16	9º
Elpidio Francisco Ferraz Neto	21	10º
Luisa Hamud Morato de Andrade	25	11º
Mailane Ramos dos Santos Rodrigues de Oliveira	27	12º
Patricia Luciola Dias de Moraes	28	13º
Sandra Maria Shiguehara	29	14º
Luis Marcelo Mendonça Bernardes	30	15º
Camila Ueno	31	16º
Mateus Oliveira Moro	35	17º
Patricia Simeonato	38	18º
Renata Flores Tibyriçá	40	19º
Luis Cesar Rossi Francisco	41	20º
Gislaine Calixto	62	21º
Fabiana Ferraz Luz Mihich	63	22º

MERECIMENTO

Defensor/a Público/a	Pontuação	Está no nível 1/5?	Tem dois anos no nível?	Antiguidade no Diário Oficial
Leandro de Castro Silva	12,5	SIM	SIM	
Ana Carvalho Ferreira Bueno de Moraes	8,4	SIM	SIM	
Tiago Fensterseifer	6,7	SIM	SIM	
Francisco Romano	6	SIM	SIM	
Patricia Luciola Dias de Moraes	2	NÃO	NÃO	
Sandra Maria Shiguehara	2	NÃO	NÃO	
Valeria Silva do Nascimento	1,8	SIM	SIM	
Mailane Ramos dos Santos Rodrigues de Oliveira	1,2	NÃO	NÃO	
Luis Marcelo Mendonça Bernardes	1	NÃO	NÃO	
Renato Isnard Khair	0	SIM	SIM	
Patricia Simeonato	0	NÃO	NÃO	
Luis Cesar Rossi Francisco	0	NÃO	NÃO	
Gislaine Calixto	0	NÃO	NÃO	

Fabiana Ferraz Luz Mihich	0	NÃO	NÃO	
---------------------------	---	-----	-----	--

PROMOVIDOS

Defensor/a Público/a	Critério
Leandro de Castro Silva	Merecimento
Marlise Costa Girardeli	Antiguidade
Ana Carvalho Ferreira Bueno de Moraes	Merecimento
Francisco Romano	Antiguidade
Tiago Fensterseifer	Merecimento
Valeria Silva do Nascimento	Antiguidade
Renato Isnard Khair	Merecimento
Sidnei Francisco Neves	Antiguidade
Patricia Luciola Dias de Moraes	Merecimento
Alexandre Orsi Netto	Antiguidade
Sandra Maria Shiguehara	Merecimento
Elpidio Francisco Ferraz Neto	Antiguidade

SUPLENTE

Mailane Ramos dos Santos Rodrigues de Oliveira	Merecimento
Luis Marcelo Mendonça Bernardes	Merecimento


CSDP nº 240/16. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de abertura de Concurso Estadual de Estagiário de Direito para o exercício de 2016. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir a lista encaminhada pelo Departamento de Recursos Humanos, contendo a lista emergencial da Unidade São Vicente. Após, o Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, homologar o resultado emergencial da Unidade São Vicente, relativo ao mês de fevereiro de 2016, a ser publicado oportunamente. Consigna-se que a sessão foi encerrada às 13h35min, sendo prorrogado os demais processos na ordem do dia, os quais sejam: CSDP nº 1172/09. Interessado: Segundo Subdefensor Público-Geral. Assunto: Proposta de Edição de Código de Ética. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/13. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de deliberação, que cria a função de Coordenador (a) de Habitação, Urbanismo e Questões Agrárias e fixa suas rotinas administrativas. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 113/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de Deliberação que determine a observação, nos documentos, atos normativos e solenidades no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo à flexão de gênero. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 118/14. Interessada: Cristina Emy Yokaichiya. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 206/11 (que regulamenta o concurso de remoção a pedido no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 185/14. Interessada: Corregedoria Geral. Assunto: Proposta de Deliberação para regulamentação da nova sistemática de arquivamento das sindicâncias realizadas pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 221/14. Interessados: Lucas Pampana Basoli, Bruno Bortolucci Baghim e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a aplicação do artigo 37, inciso XI da Constituição Federal no

âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 233/14. Interessados: Defensores Públicos da Regional de São José dos Campos. Assunto: Proposta de edição de deliberação normativa visando regulamentar a atuação institucional na seara criminal. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 251/14. Interessado: Vinicius da Paz Leite. Assunto: Proposta de deliberação para disciplinar o estágio e o serviço voluntário no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 275/14. Interessados: Alexandre Orsi Netto, Luiz Eduardo de Toledo Coelho e Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação da organização da pratica social no âmbito interno da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 295/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de criação da função de Coordenador Regional da Infância e Juventude e a fixação de suas atribuições administrativas. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 327/14. Interessada: APADEP. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12, (que trata da possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 331/14. Interessados: Centro de Atendimento Multidisciplinar da Unidade Vila Mimosa e a Associação de Promotoras Legais Populares Cida da Terra. Assunto: Proposta de deliberação que visa a transmissão por sistema de videoconferência para todas as Unidades da Defensoria Pública no momento aberto das sessões do Conselho. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 336/14. Interessado: APADEP. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a concessão de ajuda de custo para moradia aos membros da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 346/14. Interessado: Bruno Haddad Galvão. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 165/10 (que disciplina a concessão do auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 086/15. Interessado: Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 089/08 (que regulamenta as hipóteses de denegação de atendimento pela Defensoria Pública, concernentes a interesses individuais). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 173/15. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Apresentação do resultado dos trabalhos desenvolvido pela Comissão responsável pela proposição de alterações legislativas decorrentes da promulgação da Emenda Constitucional nº 80/2014. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 214/15. Interessado: Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 026/08 (que regulamenta o estágio de Direito na Defensoria Pública, relativo a duração do estágio). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 496/15. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (janeiro a junho de 2014). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 521/15. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (que institui o Regimento

Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 524/15. Interessada: Comissão de monitoramento da atividade de atendimento às pessoas presas provisoriamente. Assunto: Relatório semestral de atividades da Comissão (agosto de 2014 a abril de 2015). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 554/15. Interessados: Defensores Públicos da Unidade de Execução Criminal da Capital. Assunto: Pedido de liminar de suspensão de efeitos contra o ato conjunto da 2ª e 3ª Subdefensoria Pública Geral, publicado no Diário Oficial do Estado de 27 de maio de 2015. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 563/15. Interessada: Apadep. Assunto: Pedido de liminar de suspensão de efeitos contra a recomendação da Corregedoria Geral nº 29, de 14 de julho de 2015. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 583/15. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2015). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 603/15. Interessada: Terceira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Superior). Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 612/15. Interessado: Segunda Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 183/10 (que dispõe sobre o afastamento de servidores públicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 634/15. Interessados: Defensores Públicos da Unidade Carapicuíba e da Unidade Osasco. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos na Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. CSDP nº 635/15. Interessados: Defensores Públicos da Unidade Araraquara. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos na Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim dos Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 004/16. Interessado: Pedro Antonio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 157/10 (que disciplina o processo de elaboração da lista triplíce de candidatos ao cargo de Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 009/16. Interessada: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Concurso de promoção do nível I para o nível II, relativo ao ano de 2016. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. Revisor: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. (Processo). Interessados/as: (011/16). Eric Guilherme Ferreira de Carvalho; 012/16 Leonardo Arantes Vicentini; (013/16). Marcel Benetti Boer; (015/16). Fabio Henrique Esposto; (019/16). Lizandra Rabelo Duarte; (020/16). Laura Barbosa Ravagnani; (026/16). Thais de Assis Figueiredo Guimarães Aiello; (034/16). Celso Leo Yamashita; (035/16). Felipe Balduino Romariz; (037/16). Felipe Amorim Princesa; (038/16). Alberto Zorigian Gonçalves de Souza; (041/16). Nayara Rocha Rincon; (042/16). Guilherme Diniz Barbosa; (047/16). Luiz Otavio Contim Ferratto; (048/16). Anderson Almeida da Silva; (049/16). Clodoaldo Saguini Junior; (050/16). Fernando Pinheiro Gamito; (052/16). Roberta Alves Pachota Chaves da Silva; (054/16). Allan Ramalho Ferreira; (055/16). Rafael Lessa Vieira de Sá Menezes; (058/16). Lucia Thome Reinert; (062/16). Urbano Finger Neto; (064/16). Hendrinne Fontana Noorduin; (065/16). Raul Carvalho Nin Ferreira; (066/16). Rafael de Paula Eduardo Faber; (067/16). Mariana Tonolli Chivone Delchiaro; (068/16). Fernanda Penteado Balera; (069/16). Danilo Tadeu Szigmond Franco; (070/16). Daniel Palotti Secco; (071/16). Ligia Cintra de Lima Trindade; (072/16). Samuel Friedman; (074/16). Renato

Campolino Borges; (077/16). Davi Quintanilha Failde de Azevedo; (084/16). Carlos Eduardo de Moraes Domingos; (088/16). Cecilia Cardoso Soares; (092/16). Thiago de Luna Cury; (093/16). Alline Delbem; (095/16). Dione Ribeiro Basilio; (096/16). Luciano Dal Sasso Masson; (099/16). Octavio Augustus Cordeiro; (100/16). Sergio Andre Weise Chinez; (102/16). Luiz Felipe Vanzella Rufino; (104/16). Claudia Manning; (105/16). Carla Pinheiro Martins; (107/16). Julio Cesar Valse; (111/16). Danielle Rinaldi Barbosa; (112/16). Diogo de Almeida Lopes; (115/16). Helena de Lacerda Rodrigues Lage; (116/16). Estela Waksberg Guerrini; (117/16). Adriano Pinheiro Machado Buosi; (122/16). Soraia Anka; (123/16). Gabriela Galetti Pimenta; (127/16). Mariana de Gouvea Guarda; (128/16). Manuela Beatriz Gomes; (129/16). Ana Carolina Minutti; (130/16). Fernanda Silva Guido; (133/16). Andrea de Almeida Brunhari Bullara; (138/16). Vanessa Pizarro Riguete Correa Porto; (141/16). Renata Scandiuizzi da Silveira; (142/16). Maira Ferreira Tasso; (145/16). Julia Aparecida Romão da Silva; (146/16). Lucas Akira Pascoto Nishikawa; (147/16). Natasha Teixeira Gonçalves de Souza; (148/16). João Ricardo Meira Amaral; (149/16). Thiago Pedro Pagliuca dos Santos; (150/16). Dennis Gerson Camargo Ramos Salgretti; (151/16). Maria Angelica Abud Chinaglia Bempensante; (152/16). Mario Augusto Carvalho de Figueiredo; (174/16). Julio Camargo de Azevedo; (175/16). Tatiana Mendes Soares Bachega; (178/16). Isabela Halley Hatty; (185/16). Juliana Alves de Almeida; (188/16). Cecilia Fonseca Bandeira de Melo; (189/16). Angelo de Camargo Dalben; (190/16). Felipe Hotz de Macedo Cunha; (210/16). William Roberto Casimiro Braga; (211/16). Michelle Boaventura Cordeiro; (212/16). Marcelo Dayrell Vivas; (215/16). Rafael Pitanga Guedes; (217/16). Alessandra Pinho da Silva; (221/16). Paula Sant'Anna Machado de Souza; (224/16). Gustavo Picchi; (228/16). Laura Naves Filisbino; (229/16). Tatiana Campos Bias Fortes; (231/16). Ricardo Augusto Paganucci Lodi; (232/16). Priscila Domiciano da Silva; (233/16). Fausto Dalmaschio Ferreira; (234/16). Fernanda Capitania Macagnani Soldi; (235/16). Danielle Gaiotto Junqueira; (238/16). Monica de Toledo Thomazella; (241/16). Fabiana Julia Oliveira Resende. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, no que tange aos processos acima listados, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 075/16. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2015 a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim dos Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 108/16. Interessado: Luiz Felipe Azevedo Fagundes. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12 (que disciplina a possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 169/16. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2015 a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 213/16. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2015 a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 245/16. Interessados: Felix Roberto Damas Junior, Lucas Pampana Basoli e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 10/06 (que estabelece regras para a realização do concurso de ingresso na Carreira de Defensor Público). Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 246/16. Interessada: Coordenadora Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (agosto a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 251/16. Interessada: Segunda Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 30/07 (que fixa o número de estagiários de direito e os distribui entre as Defensorias Regionais do Interior, da Região Metropolitana e da Capital, os Núcleos Especializados e a Escola da Defensoria Pública do Estado). Relator:

Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos na ordem do dia, o Presidente deu por encerrada a sessão às 13h35min. Eu, Esdra Germania de Lima, Oficial do Conselho Superior, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos dezoito dias do mês de março do ano de 2016.


Rafael Morais Portugues de Souza
Presidente


Bruno Diaz Napolitano
2º Subdefensor Público-Geral


Alexandre Orsi Netto
Conselheiro


Bruno Ricardo Miragaim Souza
Conselheiro



Luiz Eduardo de Toledo Coelho
Conselheiro


Rafael Bessa Yamamura
Conselheiro


Alderon Pereira da Costa
Ouvidor-Geral


Carolina de Melo Teubl Gagliato
Representante da Corregedora-Geral


Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva
3º Subdefensor Público-Geral


Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa
Conselheiro


Horáelio Xavier Franco Netto
Conselheiro


Pedro Antônio de Avelar
Conselheiro


Wagner Ribeiro de Oliveira
Conselheiro


Franciane de Fatima Marques
Representante da Apadep